

Resolução CN-SESI nº 0066/2023

Recurso Administrativo apresentado ao Conselho Nacional do SESI, pela empresa Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins, referente à Notificação de Débito nº 29.416/TO.

O CONSELHO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, na 211ª Reunião Ordinária de 24/7/2023, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais,

Considerando o Ofício nº 040/2023-DIDEN e a Proposição nº 28/2023, ambos do diretor do Departamento Nacional do SESI, protocolado neste Conselho Nacional do SESI em 17/5/2023;

Considerando a Defesa apresentada pela empresa Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins, em razão da Notificação de Débito nº 29.416/TO, relativa à contribuição devida ao SESI, expedida em razão do não recolhimento da referida contribuição sobre as parcelas nelas indicadas, conforme o artigo 3º do Decreto-Lei nº 9.403, de 25/6/1946, com as alterações introduzidas pelo artigo 23 da Lei nº 5.107, de 13/9/1966;

Considerando que a empresa Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins, inconformada com o indeferimento de sua Defesa, interpôs Recurso ao E. Conselho Nacional do SESI;

Considerando o que estabelece o artigo 24, alínea "q", do Regulamento Interno do SESI, aprovado pelo Decreto nº 57.375/65;

Considerando os termos do Parecer CONJUR nº 0119/2023, de 14/6/2023, emitido pela Consultoria Jurídica do Conselho Nacional do SESI, no processo CN0162/2023, que afastou os argumentos do Recurso Administrativo.



Cont. Resolução CN-SESI nº 0066/2023

RESOLVE

Art. 1º Negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela empresa Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins, contra decisão administrativa sobre a Notificação de Débito nº 29.416/TO, nos exatos termos do Parecer CONJUR nº 0119/2023, de 14/6/2023, emitido pela Consultoria Jurídica do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria, mantendo-se integralmente a Notificação de Débito nº 29.416/TO relativa à contribuição devida ao Serviço Social da Indústria e subsequentes atualizações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Brasília, 24 de julho de 2023.

Vagner Freitas de Moraes
Presidente

